

VII Congreso Latino-Americano de Sociología Rural,
20-24 de noviembre del 2006 - Quito, Ecuador

La Cuestión Rural en América Latina: Exclusión y Resistencia Social

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MEIO RURAL BRASILEIRO: UMA ANALISE A PARTIR DA NOÇÃO DE RECIPROCIDADE.

Eric Sabourin (PhD)

Sociólogo e antropólogo. Pesquisador titular do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement, CIRAD (França); pesquisador visitante CNPq e professor visitante do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, BRASIL. sabourin@cirad.fr

Resumo: Na América Latina, o tema da economia solidária nasceu no meio urbano e, particularmente, em torno de iniciativas de natureza empresarial ou cooperativa. No Brasil, é objeto de instrumentos de políticas públicas por parte da Secretaria Nacional de Economia Solidária, apoiando em particular as formas de autogestão dos meios de produção. Recentemente, emergiu uma reflexão sobre práticas de economia solidária no meio rural. Ela tem a ver com atividades que não são apenas fundadas em empreendimentos cooperativos, tais como as experiências de manejo de recursos ou de bens comuns, o crédito solidário e as feiras agro-ecológicas. Essa extensão do campo de aplicação da noção já polissêmica de economia solidária leva a considerar a diversidade das suas referências teóricas. A comunicação examina, a partir da análise das origens e modalidades de alguns casos de práticas solidárias no meio rural brasileiro, as bases conceituais que podem ser utilizadas para interpretar os avanços e os limites dessas experiências. O trabalho mobiliza assim as categorias econômicas de reciprocidade, redistribuição e intercâmbio identificadas por K. Polanyi e a noção de estrutura de reciprocidade proposta por D. Temple. A discussão questiona o caráter explicativo da noção de "inserção" (*embeddedness*) e procura elementos de resposta a partir das situações revelando uma interface de sistemas entre a lógica da reciprocidade e a lógica do intercâmbio.

Solidarity economy in Brazilian rural area: an analysis from the notion of reciprocity

Abstract: In Latin America, the solidarity economy has born in the urban sector and particularly around initiatives of cooperative nature. In Brazil, it is object of instruments of public policy on the part of the National Secretariat of Solidarity Economy, supporting in particular forms of self management of the means of production. Recently, a reflection about solidarity economy practices in rural area has emerged. It has to see with activities that are not only established in cooperative enterprises, such as the experiences of handling of resources or common properties, the solidarity credit practices and the agro-ecological markets. This extension of the field of application of the notion of solidarity economy leads to consider the diversity of its theoretical references. Based on the analysis of the origins and modalities of some cases of solidarity economical practices in the Brazilian rural area, the communication examines the conceptual bases that can be used to interpret the advances and the limits of these experiences. The work mobilizes thus the economic categories of reciprocity, redistribution and exchange identified by K. Polanyi and the notion of reciprocity structure proposed by D. Temple. The quarrel questions the explicative or clarifying character of the notion of embeddedness and looks to elements of reply from the situations disclosing an interface of systems between the logic of the reciprocity and the logic of the exchange.

Introdução

Na América Latina, o tema da economia solidária nasceu no meio urbano e particularmente em torno de iniciativas de natureza empresarial ou cooperativa (Castel 2003, Cattani, 2003, Cattani & Diaz, 2005). No Brasil, o enfoque da economia solidária é objeto de instrumentos de políticas públicas por parte da Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE-SENAES, 2003), apoiando em particular as formas de autogestão dos meios de produção (Singer, 2000, França, 2006). Recentemente, emergiu uma reflexão sobre práticas de economia solidária no meio rural (Unicafes, 2005, Singer 2005, Sabourin, 2006a). Ela tem a ver com atividades que não se limitem apenas a empreendimentos cooperativos, tais como as experiências de manejo de recursos ou de bens comuns, os fundos rotativos solidários e as feiras agro-ecológicas de proximidade. Essa extensão do campo de aplicação da noção já polissêmica de economia solidária leva a considerar a diversidade das suas referências teóricas. A comunicação examina, a partir da gênese de algumas iniciativas econômicas solidárias no meio rural brasileiro, as bases conceituais que podem ser utilizadas para interpretar os avanços e os limites dessas experiências.

O trabalho mobiliza assim as categorias econômicas de reciprocidade, redistribuição e intercâmbio identificadas por K. Polanyi (1944) e a noção de estrutura de reciprocidade proposta por D. Temple (1995, 2004). A discussão questiona o caráter explicativo da noção de “inserção” (*embeddedness*) e procura elementos de resposta a partir das situações revelando uma interface de sistemas entre a lógica de reciprocidade e a lógica do intercâmbio (Sabourin, 2006b). Minha hipótese é que mesmo se as regras da reciprocidade podem chegar a funcionar no seio dos empreendimentos econômicos solidários, fora desse círculo, imperam os princípios contraditórios e as regras da concorrência e da acumulação privada dos lucros, inerentes ao mercado de intercâmbio capitalista (Matos, 2006).

A primeira parte analisa algumas das bases teóricas da economia solidária comparando as trajetórias das referências na Europa e no Brasil. A segunda parte examina as principais características, dificuldades e avanços de iniciativas de economia solidárias no meio rural brasileiro. Finalmente a terceira parte discute dos ensinamentos e dos limites do paradigma da dádiva e da teoria da reciprocidade para tratar desses problemas.

1. As bases teóricas da economia solidária

1.1. A tradição europeia em torno da economia mista e da economia social

Na Europa, as primeiras elaborações teóricas sobre a economia solidária foram realizadas a partir do trabalho voluntário ou associativo e dos serviços sociais de proximidade, num contexto de crescimento da exclusão social e de retração do Estado. Paradoxalmente, foi também por conta da saída desses serviços do marco da economia doméstica, evidenciando a originalidade no processo de co-construção da demanda e da oferta como de mobilização de recursos plurais (Servet, 2003). No entanto, a proximidade não é sinônimo de restauração do laço social frente a extensão do intercâmbio mercantil, já que as firmas de alimentação, restauração, serviços invertem bastante nesse setor, em particular para assistência aos idosos. Portanto a simples distinção ou oposição com relação à economia mercantil capitalista não resolve a caracterização da especificidade da economia solidária.

Eme (2002) identifica duas vertentes de análise teórica da economia solidária. A vertente mais sociológica reconhece, reconhece a pluralidade das formas da economia. Eme e Laville (1996) identificam, ao lado da economia de mercado capitalista (ou economia mercantil), a economia pública associada à redistribuição de recursos pelo Estado e a economia não mercantil ou não monetária, assimilada ao princípio da reciprocidade¹.

¹ Para Eme (2002) « a solidariedade realiza se pela reciprocidade : principio pelo qual a produção é dada aos outros num espírito de solidariedade, quer dizer no marco de uma relação entre pessoas que tem consciência de uma comunidade de

Laville (2000, 2002) propõe fundar a economia solidária no princípio de hibridação entre essas três formas de economia, em particular mediante os mecanismos de re-inserção dos fatos econômicos no social (*embeddedness*) propostos por Polanyi (1944, 1957).

Para Eme (2002), “*esse enfoque não deixa de colocar um problema. Pois uma empresa privada capitalista pode também beneficiar da hibridação dos recursos: vende sua produção no mercado capitalista (recursos mercantis); pode obter subsídios ou vantagens fiscais beneficiando de recursos não mercantis (redistribuição pública); está inserida em redes inter-empresariais ou interpessoais onde circulam informações, saberes... Assim as empresas capitalistas constituem também atividades econômicas com recursos híbridos e não têm nada de solidária*” (tradução minha).

Segundo Eme (2002) a perspectiva mais econômica diferencia os projetos e valores dos sujeitos para empreender atividades econômicas. Assim existiriam três motivos: o *enriquecimento pessoal* por meio da maximização do lucro, motivo das atividades capitalistas; a *partilha* por meio da redistribuição praticada pelo Estado (serviços públicos) ou pelas atividades de proteção de bens e pessoas (seguros das sociedades mutualistas); a *solidariedade realizada pela reciprocidade*, motivo que funda as atividades das cooperativas e associações².

1.2. Conceitos cooperativos e políticas públicas no Brasil

No Brasil, a economia solidária é objeto de numerosos estudos e de pesquisas desde há mais de sete anos e de políticas públicas específicas desde 1998 na escala municipal e 2003 na escala federal (Gaiger, 2003b, França, 2006, Demo, 2002). Paul Singer (2000), associa a origem da economia solidária à reação ao empobrecimento crescente provocado pelo capitalismo industrial e à constituição de cooperativas de produção, consumo e crédito para resolver problemas de emprego e renda. A política pública escolhida pelo governo brasileiro se funda tanto nas perspectivas técnico-financeiras ou tecnológicas (crédito popular, incubadora de empreendimentos e cooperativas), educativas (treinamento) como num enfoque teórico de inspiração marxista.

A proposta de Singer (2000) defende uma segunda utopia socialista: não a utopia do estado socialista, mas a utopia da propriedade cooperativa ou social dos empreendimentos econômicos e da sua auto-gestão pelos trabalhadores (Gaiger, 2003^a). Trata-se de privilegiar apoios às iniciativas de autogestão nas quais os meios de produção pertencem aos trabalhadores. Essa concepção inclui as empresas falidas recuperadas e administradas pelos seus assalariados e as cooperativas³.

A economia solidária é definida pelo governo brasileiro (MTE Senaes, 2005) como o *conjunto das atividades econômicas de - produção, distribuição, consumo, crédito e poupança, - organizadas pelos trabalhadores de maneira solidária, em forma coletiva ou autogestão*. Assim, as características de uma atividade de economia solidária seriam a cooperação a autonomia a viabilidade econômica e a solidariedade. A solidariedade para a Senaes significa a preocupação permanente para uma distribuição justa dos resultados, o melhoramento das condições de vida dos participantes, o compromisso para um meio

interesses, levando a uma obrigação moral de não faltar aos outros. Por meio de uma seqüência durável de dádivas, a produção dada é valorizada pelo seu valor de uso simbólico » (tradução minha)

² Segundo Temple (1995) e Castel (2003) dois desses princípios são antagônicos: a maximização do lucro por meio do intercâmbio e a reciprocidade, pois o fato do lucro ser monopolizado pelo empresário proíbe o seu uso solidário. O princípio de redistribuição pela sua vez pode ser compatível tanto com o princípio de intercâmbio (maximização do lucro) ou com o princípio de reciprocidade.

³ Logicamente deveria excluir as cooperativas de trabalho onde os trabalhadores terceirizam a função de assalariamento a favor de empresas capitalistas que assim, se livram inclusive dos direitos já mínimos no Brasil impostos pela legislação do mercado (capitalista) do trabalho.

ambiente sadio, para a comunidade, o apoio aos movimentos de emancipação e a procura do bem estar dos trabalhadores e dos consumidores.

Singer & Souza (2001) embora consideram a economia popular encaixada no capitalismo, realçam que ela detém potencialidade alternativa *“porque o capitalismo nunca é monolítico a ponto de não permitir vislumbres alternativos”*.

Nessa visão, segundo Demo (2005) *“A cooperativa tem pela frente o desafio ingente de não incidir nas mazelas liberais: não poderia assalariar, pois todos os integrantes do empreendimento são donos dos meios de produção, não se deveria buscar o lucro como objetivo fatal, trabalha-se, antes de tudo, pelo valor de uso, não de troca; o grupo é a razão de ser do empreendimento, incluindo-se aí necessidades qualitativas de vida, como educação, cultura, informação, comunicação, lazer”*. Como em Santos (2002) esta onipresente a referencia a economia substantiva de Karl Polanyi.

1.3. A contribuição pioneira de Polanyi e os seus limites

Varias analises da economia solidária, por diversas entradas, levam assim para a mobilização de dois elementos essenciais na obra de Polanyi: a) existe uma pluralidade de formas da economia e b) as transações econômicas (solidárias) estariam inseridas ou encaixadas no social ou no político (o espaço público segundo Laville).

Polanyi (1957) propõe uma tipologia dos modos de integração social que da conta das diferentes formas de institucionalização do processo econômico na sociedade. Identifica três modos de integração econômica e social, cada um podendo gerar formas específicas de mercado: a reciprocidade é definida como os *movimentos entre pontos de correlação de grupos sociais simétricos*, a redistribuição como *um movimento de apropriação em direção de um centro e logo de distribuição desse centro para o exterior*; o intercâmbio corresponde a *“movimentos de ida e volta como aqueles existindo no sistema mercantil”*. Acrescenta também a categoria da economia doméstica (*livelihood, a subsistência ou o fato de produzir para viver*) expressão básica e máxima de uma economia substantiva (Polanyi, 1975).

Essas diversas formas coexistem em quase todas as sociedades, mesmo se uma delas pode ser dominante, como o intercâmbio mercantil chegou a predominar no mundo ocidental. Para Polanyi (1957), a reciprocidade supõe uma estrutura de grupos de parentesco simetricamente ordenada. A redistribuição depende da existência de um centro de poder no seio do grupo social. O intercâmbio, como modo de integração social, fundamenta-se na existência de um sistema de mercado de concorrência, criador de preços.

Os limites da economia substantiva

Se examinarmos a proposta teórica de Singer: a opção da economia solidária por meio da empresa cooperativa firma uma certa oposição ao sistema da empresa capitalista e, nesse sentido, constitui um primeiro passo para o reconhecimento de uma alternativa econômica por meio da solidariedade, quer dizer do princípio de reciprocidade. No entanto, se no seio da empresa social auto-gerida pode funcionar a reciprocidade, no exterior, a venda da produção ou dos serviços, quer dizer os resultados econômicos ficam dependentes da lei da concorrência do mercado capitalista de livre cambio (Azambuja, 2005). Matos (2006) afirma que, se não existir dentro da empresa solidária uma parte de dádiva ou de sacrifício - de auto-exploração no sentido de Marx ou de Chayanov (1990) -, ela não pode garantir a sua viabilidade econômica num mercado de livre câmbio capitalista.

Segundo Demo (2005) já é antiga a crítica a cooperativa, a de Luxemburg foi muito cáustica: pois segundo ela *“a cooperativa só realiza seu lado social se não der certo do ponto de vista da economia capitalista! A economia solidária seria, assim, apenas um resquício, não uma alternativa”*.

Santos (2002) considera também que não basta ser alternativa; esta economia precisa impor-se como paradigma formando redes de empreendimentos solidários, inclusive internacionais, globais, para que surja o necessário volume de pressão.

Como analisa Caillé (2005), a concepção substantiva da economia (fundada em atividades de subsistência, Polanyi, 1975) seria hoje dificilmente aplicável num mundo globalizado. Pois a monetarização generalizada das economias pelo mundo afora reduz as possibilidades de auto-produção e pode pretender apagar a distinção entre economia substantiva e economia formal proposta por Polanyi (1957)

Em realidade, essa análise é verificada quando os empreendimentos solidários dependem exclusivamente do mercado de intercâmbio capitalista. A questão é mais bem: Como uma sociedade, mesmo rural e pobre, poderia escapar de recorrer a aquisição de bens e serviços nos mercados (e não apenas no mercado capitalista). A situação não é tão inexorável quando existem quadros formalizados de economia de reciprocidade e de redistribuição e mercados de reciprocidade e de redistribuição. Um dos papéis essenciais do Estado e da ação pública é precisamente organizar a produção de bens públicos e de interesse geral : trata-se, portanto de promover marcos políticos capazes de separar os princípios do intercâmbio dos princípios de reciprocidade, ou melhor, de articular as interfaces necessárias entre os dois sistemas. Isto passa pela identificação, pelo reconhecimento e pela ativação de tais estruturas de reciprocidade ou de redistribuição, quer dizer por um programa post-marxista e post polanyiano.

Os limites explicativos da inserção

Polanyi (1944) identificou a reciprocidade e a redistribuição como formas de transações econômicas diferentes do intercâmbio. O que distingue reciprocidade e redistribuição do intercâmbio depende de códigos morais, pois Polanyi (1957) fala de uma economia “inserida” (*embedded*) num sistema de valores que se impõe à oferta e a demanda. Esses valores são mobilizados pela iniciativa de cada um no caso da reciprocidade ou dependem de um centro de referência para todos no caso da redistribuição (rei, igreja, Estado). Bastaria, portanto, liberar as transações das suas obrigações para que se tornassem intercâmbios puros. O livre-câmbio emerge assim, progressivamente da reciprocidade mediante a separação de funções anteriormente confundidas ao exemplo do fato social total de Mauss (1924). Mesmo se Polanyi reconhece a existência de sistemas econômicos que não obedecem apenas ao princípio do enriquecimento individual, ele limita a perspectiva dessa descoberta considerando uma evolução única, na qual tais sistemas apenas corresponderiam a fases primitivas.

Mas o principal problema da teoria de Polanyi, segundo Temple (2004), é que não explica como são produzidos os valores nos quais seriam inseridas as prestações econômicas. De onde vêm esses valores evocados por cada um ou pelo rei? Se não se reconhece a sua matriz na reciprocidade devem ter uma origem externa a própria reciprocidade: os deuses e gênios para uns, a origem divina do rei para outros, ou ainda a idéia de Lévi-Strauss (1947, 1950) da cultura emergindo das formas mais organizadas da vida?

Segundo Temple (1997), esses valores humanos não são dados; devem ser constituídos. Eles são, precisamente, gerados e reproduzidos pela institucionalização dos ciclos de reciprocidade e de redistribuição em estruturas, não apenas sociais, mas, também, econômicas, que ele qualifica de “estruturas elementares de reciprocidade” (figura 1). Polanyi não chegou a reconhecer na reciprocidade e na redistribuição as estruturas matrizes dos valores simbólicos e, portanto, mal consegue dissociar a reciprocidade de um intercâmbio mútuo, porque separando a reciprocidade dos valores que produz, apenas sobra uma prestação impossível a diferenciar de um intercâmbio recíproco.

Para Temple (1997), as estruturas de reciprocidade (ajuda mútua, compartilhamento de recursos) produzem obviamente valores materiais de uso, mas, também, valores humanos: a amizade entre os próximos, a responsabilidade entre gerações e perante os recursos

naturais, a confiança nos modos de redistribuição....Portanto, as capacidades e os projetos dos indivíduos, das suas sociedades e organizações, podem oscilar, dialeticamente, entre duas tendências opostas e ao mesmo tempo, complementares: por um lado, a produção de valores materiais destinados ao intercâmbio para o lucro individual e, pelo outro, a geração de valores éticos associados à produção de valores materiais de uso, destinados ao consumo, a redistribuição ou a reciprocidade generalizada, com é o caso dos mercados tradicionais estudados por Polanyi (1957) e seus discípulos.

O que é a reciprocidade?

De acordo com Castel (2003) *“a reciprocidade é o princípio pelo qual a produção é dada a outros num espírito de solidariedade, quer dizer no marco de uma relação entre pessoas tendo consciência de uma comunidade de interesses que leva a uma obrigação moral de apoiar os outros. Portanto, “não se dá para receber, se dá para que o outro dê” (Kolm, 1984) ⁴ e procura-se estabelecer uma relação entre várias pessoas ou grupos mediante uma sequência durável de dídivas. Por meio da reprodução das dídivas entre pessoas ou formas simétricas da organização social, a produção dada é valorizada pelo seu valor de uso ou seu valor simbólico”*. (tradução minha)

Para Godbout (2004): *“Podemos definir a reciprocidade de maneira simples: quando alguém recebe algo na forma de uma dádiva, ele tem tendência a dar por sua vez... A dádiva do outro carrega com ela uma impulsão a dar por parte de quem recebe. Não se trata em nada de um constrangimento, ao contrário, por exemplo, do contrato, no qual as obrigações de cada um estão sendo definidas da maneira a mais detalhada possível e regidas pela lei. Não, trata-se de uma incitação, de um convite. Mas esse fenômeno é tão importante que pode se falar de uma força social elementar (Simmel, 1897). Um grande sociólogo americano Gouldner (1960), diz da reciprocidade que ela é tão fundamental para a humanidade como o tabu do incesto”*.

Temple (2004) parte da mesma constatação da dádiva de Mauss (1924), e pergunta: será que se pode dar, gratuitamente, apenas por princípio, sem motivo, sem reciprocidade? Ele constata que a dádiva não é desinteressada, mas motivada pelo interesse pelo outro ou pelas necessidades da coletividade. Define, portanto, a reciprocidade como o redobramento de uma ação ou de uma prestação - entre outras de uma dádiva - como forma de reconhecimento do outro e de pertencimento a uma coletividade humana. Temple (2004) distingue o intercâmbio (a troca) da reciprocidade: *“A operação de intercâmbio corresponde a uma permutação de objetos, enquanto a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos”*.

2. Algumas formas de economia solidária no meio rural brasileiro

A partir do princípio de reciprocidade é possível ter uma outra leitura teórica das prestações econômicas e sociais no mundo rural. Essa leitura não pretende ser exclusiva. As relações de intercâmbio mediante o mercado capitalista dos bens e do trabalho existem também, em todas as partes. O que importa é considerar qual é o princípio dominante, qual é o projeto da sociedade ou do grupo quanto aos valores que pretende privilegiar. A seguir apresento alguns exemplos no domínio da produção e da comercialização na agricultura familiar ou do desenvolvimento rural.

2.1. Reciprocidade na organização da produção agrícola

O mutirão nas comunidades rurais:

⁴ « La réciprocité est le principe par lequel la production est donnée à d'autres dans un esprit de solidarité, c'est-à-dire dans le cadre d'une relation entre personnes ayant conscience d'une communauté d'intérêts qui entraîne l'obligation morale de ne pas desservir les autres. Pour cela, "on ne donne pas pour recevoir, on donne pour que l'autre donne" »

As diversas formas de ajuda mútua ou mutirão correspondem a, pelo menos, dois tipos de estruturas de reciprocidade (Sabourin, 2000, 2001, 2004):

- a *reciprocidade bilateral* quando se trata de uma relação regular entre duas famílias, entre vizinhos ou amigos. Nessa estrutura de aliança que pode ser simétrica (entre pares) ou assimétrica (se uma família fornece mais trabalho ou maior quantidade de produtos para a outra), o principal sentimento produzido é a amizade. Ela pode ser institucionalizada nas relações de compadrio e apadrinhamento mútuo dos filhos, constituindo uma extensão das relações de parentesco.

- O *compartilhamento de trabalho* constitui uma estrutura de reciprocidade ternária específica: cada um dá para a comunidade e recebe dos outros. Por exemplo, quando todos os membros da comunidade mobilizam-se para realizar um trabalho beneficiando a um agricultor (abrir uma roça) trata-se de um compartilhamento bilateral. Quando é para construir a casa de um jovem casal, ele é unilateral. Temple (2004) lembra de fato que nunca se constrói a casa dos seus pais, mas das crianças. Além da amizade e da aliança, essa estrutura produz também prestígio quando o donatário retribui a ajuda com comida, bebida ou festa.

O manejo compartilhado de recursos comuns

O meio rural brasileiro é ainda muito rico de práticas de manejo de recursos comuns: as lagoas e rios, a água dos reservatórios comunitários, as pastagens (os *fundos de pasto* na caatinga do Nordeste, os *faxinais* do Paraná ou os antigos *campos gerais* de Minas) as áreas florestais de extrativismo na Amazônia. Esses sistemas correspondem a uma estrutura de reciprocidade ternária específica, o *compartilhamento*, que gera valores de confiança e de responsabilidade. Na estrutura de *compartilhamento* todos estão frente a todos: ABCDEF / ABCDEF (fig 1.).

Podemos simbolizar essa estrutura por um círculo (Fig. 1) extensível em função do número de participantes. Chabal (2005) nota que “*não é tanto o objeto do compartilhamento que importa, mas os atos entre os sujeitos atores desse mecanismo*”. É, precisamente, um dos problemas com recursos comuns subsidiados ou dados pelo Estado ou por terceiros. Não se compartilha da mesma maneira o que resulta de um trabalho entre pares e aquilo que vem de um centro de redistribuição. Na estrutura de compartilhamento, a *práxis inter-pares* ou o fato de depender de um recurso natural limitado, cria um sentimento de pertencimento ao grupo. Chabal explica “*o compartilhamento procura produzir a união. A palavra expressa isto pelo “nós”, “um para todos e todos para um”*”. É a idéia de totalidade que domina”. A forma de alienação específica dessa estrutura de reciprocidade é o fechamento do círculo, do grupo ou da comunidade. Para Chabal (idem) “*é o grande perigo: pois há compartilhamento e mutualidade no interior do círculo e reciprocidade negativa no exterior, ou ainda, prática do intercâmbio, quer dizer, saída da reciprocidade*”.

A renovação do cooperativismo da agricultura familiar

As primeiras cooperativas agrícolas no Brasil foram criadas por grandes ou médios proprietários para poder beneficiar-se dos subsídios da ajuda pública. Muitas vezes associaram pequenos produtores (moradores, meeiros ou dependentes) para atingir o número exigido de sócios ou para reunir volumes mais importantes (fumo, café, algodão, leite, frutas irrigadas). Foi o caso dos produtores de algodão no Ceará e na Paraíba, dos produtores de leite das zonas do Agreste da Bahia e de Pernambuco. Os pequenos produtores conservam amargas lembranças das cooperativas, geralmente associadas à interesses políticos, à sistemas de gestão propícios ao desvio de fundos e cujo controle, quase sempre, lhes escapou. Os agricultores costumam dizer que “*cada cooperativa tem seu dono*”. Em tais condições, quando os coletivos de camponeses são afastados da

administração, a cooperativa torna-se uma nova autoridade gestora dos bens comuns (água, perímetro irrigado) ou um novo intermediário para o acesso ao mercado. Ela pode assim até ser percebida como um novo patrão: pois, em vários projetos de reforma agrária, o presidente da cooperativa é o antigo capataz ou gerente da fazenda expropriada. Há uma continuidade de práticas paternalistas e as relações de reciprocidade se tornam assimétricas ou alienadas (Sabourin, 2003) como expresso no documento de fundação da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e de Economia Solidária.

“Por conta deste processo, as nossas tradicionais cooperativas tornaram-se de modo geral representantes do poder econômico. As “cooperativas empresariais” passaram a enfrentar a concorrência através do aumento da renda e do seu patrimônio e não por meio da organização, da educação, da participação e da inclusão sócio-econômica dos seus associados. Como resultado muitas cooperativas se tornaram grandes empresas, ao mesmo tempo se distanciaram do seu quadro social - legítimo responsável pelo destino da cooperativa – reduzindo a atuação dos cooperados a uma participação passiva, não ativa” Unicafes (2005)

A renovação do cooperativismo para agricultura familiar começou com as cooperativas de crédito. Essas cooperativas foram criadas para substituir a falta de atendimento ou a ausência física dos bancos oficiais (em muitos municípios do Nordeste fecharam as agências dos bancos estaduais). Magalhães (2005) associa o sucesso e o rigor das cooperativas de crédito às relações de reciprocidade ligadas às práticas solidárias religiosas, oriundas das Comunidades Eclesiais de Base. A questão teórica colocada por essa hipótese é a utilização de estruturas de reciprocidade dependendo do plano simbólico (a religião) para práticas econômicas no plano do real e até para práticas de intercâmbio capitalista (crédito bancário para investimentos produtivos). Embora essa questão não seja nova (cf A ética protestante do capitalismo de M Weber), as observações das práticas de crédito ou de poupança associadas à religião no Nordeste (Sidersky, 2006) mostram que as estruturas de reciprocidade simbólica e as de solidariedade material funcionam em níveis separados e não podem se substituir (Sabourin, 2005). No entanto, para funcionar a experiência de crédito cooperativo dependem em parte da dádiva e da reciprocidade (trabalho benévolo dos animadores e administradores) e da manutenção de valores éticos de confiança, responsabilidade e equidade entre os seus membros.

Um passo importante no processo de renovação do cooperativismo rural não empresarial e do seu posicionamento no campo da economia solidária foi dado em junho de 2005, com a criação da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e de Economia Solidária (Unicafes). Define sua missão em torno da articulação de uma pluralidade de iniciativas incluindo produção e redistribuição de renda e de alimentos, no intuito de melhorar a qualidade de vida e não apenas o nível de lucro: *“Tornar o cooperativismo um instrumento popular de desenvolvimento local sustentável e solidário dos produtores e agricultores familiares, articulando iniciativas econômicas que ampliem as oportunidades de trabalho, de distribuição de renda, de produção de alimentos e melhoria de qualidade de vida”* (Unicafes, 2005)

A Unicafes congrega as federações e associações regionais de cooperativas de crédito em meio rural, as cooperativas agrícolas e de serviços da agricultura familiar e da reforma agrária e cobra uma legislação específica para se diferenciar das cooperativas afiliadas a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) que se limita a apoiar uma dinâmica empresarial capitalista.

“Uma nova cultura política se faz necessária, uma prática capaz de interagir de modo plural criando mecanismos de superação da cultura da dependência do poder econômico ou do Estado clientelista. O fortalecimento, portanto, de outra lógica de produção do poder: a da autonomia, da autogestão e do empoderamento dos agricultores/as, dos produtores/as”.(Unicafes, 2005)

Por outra parte a Unicafe formaliza uma aliança, típica da extensão da dinâmica de reciprocidade, entre os diversos tipos de empreendimentos econômicos solidários no meio rural, da agricultura familiar até as atividades rurais não agrícolas (serviços, artesões, etc) passando pelos pescadores e extrativistas.

“A proposta de um cooperativismo de economia solidária segue à lógica de congregar aqueles que procuram integrar-se econômica e socialmente, de forma cooperativa, para gerar distribuição de renda e trabalho a partir da união e da solidariedade. Quando falamos aqui em “produtores e agricultores familiares”, estamos nos referindo àqueles que se dedicam a atividades de caráter extrativo, pesqueiro ou não-agrícola juntamente com a sua família, como também aos que exploram a terra em regime de economia familiar” (Unicafe, 2005).

2.2. Iniciativas e limites do crédito solidário no meio rural

No Brasil urbano está bem desenvolvido nas classes médias e populares o sistema de compra de veículos, equipamentos e até de apartamentos por consórcio, mediante sorteio dos contribuintes (box 1).

Esse sistema está utilizado no meio rural, por ONG's, firmas de insumos e de equipamentos agrícolas. No Agreste da Paraíba, a AS-PTA (Assessoria a serviços a projetos de agricultura alternativa) e outras entidades da sociedade civil testam sistemas de consórcio para a aquisição de cercas, de mudas de frutíferas, de esterco, de triturador de forragens, de cisternas de captação e armazenamento de águas de chuva (Duque et al, 2004; Oliveira, 2006).

Box 1 : Tipos de Crédito Solidário

Os Fundos Rotativos Solidários (FRS) para cisternas de água: corresponde à uma forma de manejo coletivo de recursos oriundos de um capital inicial externo, por exemplo, financiamentos de agências de cooperação internacional ou via Ong, ou do governo Federal (Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) que financia as primeiras construções de cisternas numa comunidade. Esse fundo é chamado de solidário porque as primeiras famílias que recebem uma cisterna devem reembolsar uma parte de maneira a fornecer uma cisterna para cada família da comunidade que necessita. Esses recursos quando reembolsados pelo grupo de famílias beneficiadas alimentam um fundo criado e administrado pela comunidade. [Rocha & Costa, 2005]

Crédito solidário via consórcio: Nesse sistema o montante dos recursos recebidos pelos primeiros beneficiários não permitindo a todas as famílias inscritas de receber o bem ou equipamento ao mesmo tempo, um sorteio é realizado para decidir da ordem de atribuição. Os pagamentos devem ser assumidos, no entanto por todas as famílias inscritas no consórcio. Quando a restituição das primeiras contribuições permite o financiamento de uma cisterna ou de um novo equipamento, uma nova família do grupo de contribuintes é sorteada.

Essas práticas passam por diversas dificuldades de manejo e de controle do reembolso, precisamente por conta dos laços sociais.

Se a comunidade dispõe de estruturas de reciprocidade (ou de redistribuição) capazes de serem mobilizadas, a pressão social funciona tanto para a cobrança (a obrigação de devolver) como para a solidariedade. Por exemplo, em caso de má colheita ou de doença dos animais, certas famílias não podem honrar sua dívida e beneficiam de um prazo, de uma moratória ou são ajudadas por outras. Se o manejo do Fundo fica na mão de uma pessoa ou família, ou pior de um líder ou dirigente associativo, a não ser se for uma pessoa muito respeitada, com um carisma, uma autoridade natural, acontecem tensões. Certas famílias que não confiam no Presidente ou no tesoureiro da Associação, ou pertencem a grupos rivais e preferem pagar a parcela diretamente para o Sindicato de Trabalhadores

Rurais (STR) ou a Ong. Muitas vezes, é o responsável da associação quem propõe essa solução porque « *pressionar um vizinho ou amigo para pagar, isto não funciona* ».

No caso das cisternas, como o financiamento federal do Programa 1Milhão de Cisternas é a fundo perdido, os políticos locais em concorrência com as Ong's e os STR fazem propaganda para os camponeses não ressarcir nada. Também, existe certas vezes, uma falta de capacidade de gestão dos consórcios, fundos ou bancos de sementes no seio das comunidades ou dos assentamentos de reforma agrária. Nessas condições de assimetria de poder e de informação, como o mostra Sidersky (2004, 2006) nos caso da comunidade de Lagedo (Soledade, Paraíba), nem são sempre as famílias mais necessitadas que beneficiam do crédito. São, muitas vezes aquelas que têm acesso, desde o início do programa a informação e ao capital inicial. A maioria dos agricultores entrevistados por não diferencia o fundo rotativo, a associação comunitária, o sindicato municipal e a Ong. Eles confirmam que existe geralmente um pequeno grupo de agricultores ou líderes tecendo relações privilegiadas com os representantes do Sindicato e os técnicos das Ong

Na Paraíba, o pólo sindical intermunicipal da Borborema sucedeu as Ong's para administrar vários dos fundos solidários (tab. 1)

Tab. 1. **Famílias beneficiadas por créditos STR Solânea (2001-2004)** (Sidersky, 2006)

Tipo de FRS	Bonsucesso	Palma	Goiana	Outras comunidades	Total
Palma consorciada (<i>opuntia sp</i>)	2	2	3	5	12
Cercas	-	-	5	2	7
Triturador de forragem	1	1	1	3	6
Total	3	3	9	9	25

Esse dispositivo funciona melhor que aquele manejado pela comunidade, mas existem geralmente, também problemas de ressarcimento. O fato de exigir a assinatura de um reconhecimento de debito, mesmo se não muda muito a taxa de reembolso, pelo menos permite manter uma contabilidade mais transparente.

Esses elementos permitem comparar a pratica de consorcio ou de fundo solidário com as habituais distribuições de equipamento a fundo perdido. Segundo Sidersky (2006), os recursos mobilizados permitem aumentar de 20 a 30% o capital inicial num período de 3 anos. Esse reembolso mesmo lento e limitado permite ao mesmo tempo responsabilizar os beneficiários, de contribuir para um ganho de auto-estima e de respeito dos outros participantes, de iniciar processos de aprendizagem do crédito bancário e de ampliar, na escala local, o numero de famílias beneficiadas.

De fato, outras famílias não se reconhecem nessas praticas e continuam se sentindo melhor nos jogos de intercâmbio de favores ou de serviços com as autoridades locais.

Sidersky (2006) mostra nos exemplos estudados na Paraíba, que a ausência de interface entre práticas de reciprocidade sob controle social ou público e práticas ligadas a interesses privados (lógica de acumulação por meio do intercâmbio ou pelo roubo) provoca uma erosão rápida dessas iniciativas, sua paralisa ou o seu fracasso. Revela uma fraqueza da reflexão teórica das Ong e uma cegueira frente à realidade. Do lado do Estado, prevalece a vontade de simplificar ou burocratizar os procedimentos, de mostrar resultados, de fazer números antes das eleições. Não existe controle rigoroso nem avaliação institucional dessas experiências, fora de iniciativas isoladas da pesquisa. Nessas condições, da para entender que os camponeses pobres ficando no final da cadeia de financiamento e beneficiando apenas das migalhas dos programas, terminam optando pela facilidade de não ressarcir, por incapacidade ou por puro aproveitamento.

2.3. Comercialização e reciprocidade

Por certo, pode-se defender um projeto renovado de agricultura camponesa mais autônoma do mercado capitalista, menos dependente de insumos externos, mais respeitoso do meio ambiente e dos recursos naturais. Essa postura politicamente correta e cada vez mais divulgada na onda do desenvolvimento sustentável termina sendo um pouco ideológica, além de exigir esforços desproporcionados dos menos dotados e capacitados. Mas, as dificuldades do crédito solidário como as da inserção dos agricultores familiares nos mercados têm a ver com a monetarização crescente das relações econômicas e sociais inclusive em meio camponês e com a diversificação das necessidades. Não se pode ignorar esse problema e negar aos agricultores mais pobres o acesso a bens de consumo ou serviços entre os mais básicos e elementares. Caillé (2005), mesmo defendendo alternativas anti-utilitaristas, reconhece que a monetarização e a globalização das relações econômicas reduz a autoprodução. E mais uma razão por se preocupar da questão da distribuição da produção e da sua valorização econômica nos mercados (e não no mercado).

Neste sentido o reconhecimento de uma coexistência dialética entre princípio de intercâmbio e princípio de reciprocidade confirma a natureza às vezes híbrida de muitas situações econômicas contemporâneas, mas confirma também a “esterilidade” do híbrido. A reciprocidade não fusiona nem se funde com o intercâmbio e vice e versa. Eles coabitam e muitas vezes, um domina ao outro.

A venda dos produtos agropecuários não pode ser confundida apenas com o mercado de intercâmbio capitalista. Apesar dos processos de mercantilização capitalista (Ploeg, 2000), existem ainda mercados socialmente controlados. Temple (2003, 2004) e alguns autores africanos falam de mercados de reciprocidade (Bom Konde, 2003; Bazabana, 2005).

No Brasil, as feiras locais e os mercados de proximidade oferecem exemplos de produção e de mobilização do laço social, de sociabilidade, pelas relações direitas entre produtor-consumidor como no caso das **feiras agro-ecológicas da Paraíba** (box 2). Há, na idéia dos produtos territorialmente qualificados, um potencial de criação de territorialidades humanas, socioeconômicas e culturais, por meio de relações entre homens, territórios, produtos e identidades diferentes.

Existem assim várias alternativas, às vezes reunidas hoje no termo de economia solidária que correspondem, em realidade a relações e a estruturas de reciprocidade:

- **a venda direta** na unidade de produção, nas feiras locais de produtores ou nas festas de produtos regionais, corresponde a relações de reciprocidade bilateral e até simétrica entre agricultores e consumidores.

- **as cadeias curtas** controladas socialmente por grupos de produtores ou cooperativas de consumidores representam estruturas de reciprocidade bilateral produzindo amizade e confiança.

- quando a relação direta (pelo encontro físico entre produtor e comprador não é possível) existe **a intermediação qualificada** ou interpessoal (ou corretagem). Ela mantém uma relação de reciprocidade ternária por meio do interconhecimento, do efeito rede e de uma informação sobre a qualidade do produto. Essa estrutura produz confiança, responsabilidade e reputação (do produtor como do intermediário) o que constitui uma fonte de prestígio e de autoridade nos sistemas de reciprocidade.

Box 2: As feiras agro- ecológicas no Estado da Paraíba

São mercados de venda direta de produtos oriundos da agro-ecologia, (forma de agricultura ecológica a base orgânica que não usa insumos químicos) por agricultores familiares da localidade. As primeiras feiras de produtos agro-ecológicos foram organizadas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município de Lagoa Seca. O objetivo era promover o consumo de produtos locais de qualidade e a autonomia econômica dos agricultores familiares encorajando-os ao mesmo tempo a deixar de usar insumos químicos e a diversificar suas alternativas de comercialização (Kilcher, 2004). Inicialmente realizado a título experimental na ocasião das festas natalinas em 2001, a feira agro-ecológica de Lagoa Seca tornou-se permanente em 2002. A iniciativa levou um grupo de agricultores a se estruturar com a criação de uma associação, a adoção de regras e normas de estratégia comercial: uniformidade dos quiosques, logotipo, controle dos produtos para garantir a sua qualidade de origem. Essa feira obteve um reconhecimento do poder público municipal e federal por meio da negociação de modalidades de financiamento dos equipamentos pelo Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf -Infra-estrutura).

O Pólo Sindical da Borborema (PSB) que congrega os sindicatos de 16 municípios da região tem logo negociado a implementação de uma feira agro-ecológica com a prefeitura municipal da capital regional Campina Grande. No seio do pólo urbano regional, essa feira tem valor de “vitrine”. Favorece a participação dos agricultores convertidos à agro-ecologia que não são bastante numerosos no seu município para constituir uma feira própria e serve de modelo para a ampliação da comercialização de produtos agro-ecológicos na escala regional.

A iniciativa do PSB permitiu constituir uma associação regional de agricultores agro-ecológicos e de estrutura um processo de certificação da qualidade. Essa dinâmica econômica dinamizou também a atividade dos agricultores experimentadores para testar novas espécies, variedades e processos para satisfazer o cliente, melhorar a qualidade e reduzir os custos de produção. Uma articulação à escala do Estado da Paraíba, garante uma colaboração com as associações semelhantes da zona litorânea e do Sertão e dos Estados vizinhos de Pernambuco e Rio Grande do Norte.

A política de qualificação (e de certificação), por si só, reduz os efeitos da concorrência e da especulação do livre-câmbio capitalista. Mas, é importante entender que ela depende da identificação ou da construção de relações de reciprocidade. A partir do momento que o nome do produtor (ou da empresa ou da localidade) está em jogo, são essas relações de reciprocidade que produzem valores como a reputação, a honra e a responsabilidade. E são esses valores humanos que garantem a legitimidade e a autoridade do processo de certificação das normas de qualidade ou de origem. As empresas capitalistas descobriram essa função e se apressaram em ocupá-la, contra remuneração, para transformá-lo num serviço mercantil. Porém, existem também sistemas de co-certificação ou de certificação participativa entre produtores, ou entre produtores e consumidores (Medaets e Medeiros, 2004).

O comércio solidário ou justo constitui uma variante: propõe, na base de valores humanos de equidade e de justiça, uma remuneração privilegiada, na falta de uma relação humana direta entre produtores e consumidores. Porém, a procura da eficiência, leva, muitas vezes, ao uso dos mesmos sistemas e redes de intermediação que àqueles das comodidades do livre-câmbio (Laforga, 2005), o que reduz ou compromete a possibilidade de estabelecer relações de reciprocidade capazes de produzir valores humanos (Le Velly, 2004).

Temple (2004), a partir da análise dos mercados africanos e andinos propõe a noção de **mercado de reciprocidade**. As prestações recíprocas entre fregueses não são estabelecidas pela relação entre oferta e demanda, mas pelas necessidades mútuas e são medidas por equivalências (geralmente de volume, de quantidade), traduzidas ou não em valor monetário.

“Trata-se de uma estrutura elementar na qual o compartilhamento dá lugar à reciprocidade generalizada, cada um dando a alguns parceiros aliados e recebendo de outros... Como o que se deve e pode ser dado a cada um varia de uma comunidade a outra, as equivalências de reciprocidade variam também, mas as comunidades tendem a estabelecer a reciprocidade entre elas. Os equivalentes de reciprocidade mais comuns se tornam logo referências: são as moedas de reciprocidade: búzios e nozes de cola na África, moedas rituais na Oceania”.

Nessa estrutura de reciprocidade generalizada (todos oferecem a todos, e todos podem comprar a todos, mas com o cuidado de não explorar e de não quebrar o laço social e ético) prevalece a geração do valor de responsabilidade e do valor de justiça.

Portanto, a teoria da reciprocidade permite interpretar o sentido social e a lógica econômica construídos pelas comunidades humanas ao longo da história, atrás de prestações que, de maneira às vezes, imperceptível, passaram a ser naturalizada como relações de troca, por conta do peso da racionalidade do intercâmbio capitalista. Porém, o capitalismo não se determina em função de valores humanos ou de um projeto mais justo para a humanidade. Por isso precisa de interfaces entre sistemas regulados pelo princípio da reciprocidade e sistemas governados pelo princípio do livre câmbio.

3. Ensinaamentos e limites

3.1 A necessidade de uma interface entre reciprocidade e intercâmbio:

Cada uma das duas lógicas, reciprocidade ou intercâmbio, pode ser verificada na realidade. Portanto, as duas podem se prevalecer de vantagens respectivas e, sobretudo, de precedentes, alguns deles sendo, provavelmente, irreversíveis. O propósito não é, obviamente, negar essa realidade ou propor um retorno às formas originais da economia. Hoje, em termos de desenvolvimento rural não se trata de reivindicar a exclusividade de um princípio ou de outro, mas sim de atentar para uma dupla referência. Como sublinha Temple (1997), o reconhecimento político e público, da economia de reciprocidade, permitiria desenhar uma interface de sistemas e abrir um debate entre os partidários de uma e de outra lógica, para tratar da natureza das organizações locais, da delegação do poder, das normas e dos princípios de gestão dos bens comuns ou públicos, em particular dos recursos naturais. Em outras palavras, permitiria enriquecer o debate sobre as escolhas possíveis e sobre as ferramentas adaptadas em matéria de sustentabilidade da agricultura e do planeta.

A título de exemplo e de pista para aprofundamento das pesquisas, proponho três exemplos de instrumentos públicos de desenvolvimento rural que permitem discutir essa interface entre sistemas: a política de qualificação dos produtos, os mercados institucionais e o apoio aos dispositivos dos agricultores produzindo bens comuns ou públicos.

A qualificação dos produtos: Todo processo de qualificação que garante a origem (o nome do produtor), a especificidade, um processo ou normas de qualidade de um produto, contribui para reduzir os efeitos da concorrência e da especulação do mercado capitalista (Bom Konde, 2003). De fato, cria-se uma territorialidade de reciprocidade em torno de um produto específico. Porém, como no caso da empresa de economia solidária, fora desse grupo de produtores e até para comercializar seus outros produtos, impera a regra do intercâmbio capitalista. Por isso, com o processo de qualificação centrífuga, recorre-se a mecanismos de certificação, para recolocar uma produção de reciprocidade no sistema de intercâmbio. Mas todas as possibilidades da qualificação não foram ainda exploradas. Temple (2003) propõe radicalizar o processo por meio da qualificação pessoalizada (sob o nome de Lopes ou de Ikanan somente se pode produzir Lopes ou Ikanan).

Ninguém pode competir com uma produção única cujo valor intrínseco é, potencialmente, infinito... Simbólico ou prosaico, o valor será maior tanto quanto o produto será mais qualificado e não precisa de controle da qualidade por uma competência externa àquela da produção, pois a qualidade é inerente à estrutura de produção (Temple, 2003)

Os mercados institucionais: uma alternativa de interface entre empreendimentos solidários e sistema de intercâmbio já mobilizada no Brasil é oferecida pelos mercados institucionais. O estado, por meio da administração pública pode decidir de comprar em prioridade bens ou serviços produzidos por esses empreendimentos, eventualmente com

preços mínimos garantidos. Este mecanismo protege os empreendimentos solidários da concorrência do mercado capitalista. Tem a vantagem de existir em vários níveis do Estado e de poder ser administrado de maneira descentralizada: na escala municipal (merenda escolar, creches, mobiliário escolar), na escala estadual (hospitais, colégios, administração e empresas estaduais) e na escala federal: mercados da administração federal e da regulação de estoques.

No caso das atividades rurais, existem exemplos de compra da merenda escolar as associações de agricultores agro-ecológicos (Rio de Janeiro, Lagoa Seca-PB), de compra do mobiliário escolar as associações e cooperativas de artesões (Estado do Ceará).

O governo Lula reativou um enorme e importante mercado institucional federal, aquele da Central Nacional de Abastecimento em Produtos Agrícola (Conab, ligada ao Ministério da Agricultura), direcionando-lo para os produtos da agricultura familiar, mediante o Programa de Aquisição Antecipada de Alimentos – PAA que se tornou o melhor instrumento do Projeto Fome Zero a favor do apoio aos agricultores familiares mais pobres.

Em termos de geração de valores de justiça e de equidade por mercados institucionais, existe o exemplo de prestações comerciais internacionais realizadas num marco de reciprocidade: os preços compensatórios entre nações do Norte e do Sul, entre União Européia e países da zona de Acordo Comercial Preferencial (para açúcar, cação, etc) ou as cotas e direitos de produção que visam reduzir a lógica da concorrência capitalista.

Os dispositivos coletivos dos agricultores : por conta das necessidades, das carências ou da retração do Estado dos seus compromissos reguladores, os agricultores constroem dispositivos alternativos. Assiste-se, no Brasil, a uma multiplicação de iniciativas de manejo de recursos comuns ou de produção de bens públicos por grupos de agricultores. Produzem informações (articulações temáticas e fóruns regionais, pólos sindicais, redes territoriais), inovação (bancos de sementes, grupos de crédito mútuo para construção de cisternas, grupos de agricultores experimentadores), saberes e saber-fazer (Universidade camponesa, escolas familiares rurais). Coletivos de agricultores assumem, assim, funções de interesse geral ou comum, de pesquisa, de experimentação, de extensão, de capacitação e divulgação, de maneira gratuita e sem beneficiar, muitas vezes de apoio público (Sabourin *et. al*, 2005).

Tais dispositivos coletivos ou institucionais (Mormont, 1996) asseguram junto com a produção familiar agropecuária, a produção de bens públicos. São, geralmente, fundados em relações de reciprocidade (estruturas bilaterais ou ternárias de ajuda mútua ou de compartilhamento) e geram valores humanos de confiança, responsabilidade, justiça.

Uma alternativa de política de desenvolvimento rural territorial, consiste em apoiar a sustentabilidade e a perenidade desses dispositivos coletivos de interesse público. Pode ser a partir do seu reconhecimento jurídico, de capacitação, de apoio financeiro para seu funcionamento. Fortalecer a institucionalização e a reprodução desses dispositivos coletivos constitui uma forma original de articulação negociada e contratual entre ação pública do Estado e a ação coletiva dos agricultores. Oferece quatro vantagens:

- manter as práticas e prestações coletivas necessárias ao apoio à produção agropecuária
- manter e reproduzir as funções sociais, ambientais, econômicas e culturais associadas a essas prestações coletivas gratuitas.
- manter o potencial de valores humanos gerados por essas estruturas de reciprocidade
- reduzir custos públicos, evitando confiar essas prestações a empresas capitalistas.

Além disto, tais dispositivos são multifuncionais. Asseguram serviços ambientais, sociais e econômicos associados à produção agropecuária. Oferecem, assim, uma alternativa de política de reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais fundada pela reciprocidade e não pelo intercâmbio capitalista, como foi o caso na Europa.

Em vez de monetarizar e mercantilizar serviços já realizados pelo agricultor para dar lugar a uma remuneração individual, o apoio público (financeiro ou não), seria outorgado ao

dispositivo institucional que mantém a estrutura de reciprocidade. A política de multifuncionalidade da Europa transforma prestações de reciprocidade em relações de troca capitalista. Uma alternativa de política de multifuncionalidade para os países do Sul seria manter e preservar as estruturas de reciprocidade, e até, transformar relações capitalistas em relações de reciprocidade (Sabourin e Coudel, 2004). Para fortalecer ou preservar o funcionamento desses dispositivos fundados na reciprocidade ou na hibridação dos recursos, é essencial preservar ou incentivar as prestações gratuitas de ajuda mútua e as estruturas de compartilhamento de recursos. O desafio consiste em manter essas relações no marco de um apoio institucional que permita também o reconhecimento de uma interface entre administração pública, mercado de intercâmbio, estruturas e mercados de reciprocidade. Vimos que alguns mecanismos podem contribuir nesse sentido, mesmo se não podem dar conta do conjunto das necessidades de relações econômicas.

3. 2. Limites e perspectivas da economia de reciprocidade

A diferença entre a análise de Polanyi (1944) e aquela do princípio econômico de reciprocidade proposto por Temple (1997, 1998) reside na origem dos valores humanos ou éticos que orientam as prestações. Polanyi insere os valores éticos no domínio da competência privada, ou nos fatos culturais que não tem nada a ver - ou muito pouco - com a economia. Para Temple, as estruturas de reciprocidade são estruturas econômicas.

Por certo, nas sociedades rurais atuais, diferentemente das sociedades humanas das origens, encontramos situações mistas. O sistema do intercâmbio tem sido imposto progressivamente, chegando a se sobrepor e a ocultar ou a paralisar as práticas de reciprocidade. Isto dificulta o trabalho de análise. Por exemplo, as formas de reciprocidade bilateral ou simétrica são muitas vezes interpretadas como intercâmbios recíprocos ou trocas mútuas. As normas de reciprocidade ternária entre gerações são assimiladas aos interesses dos doadores (o seguro de vida das sociedades rurais). As formas de redistribuição pelo Estado (previdência social e aposentadoria) são interpretadas apenas pelo seu lado monetário como compensações, ganhos sociais ou complemento de salário, enquanto constituem as mais importantes, e talvez, as últimas, formas de reciprocidade centralizada generalizada de compartilhamento ou de redistribuição ampliada nas nossas sociedades modernas.

A maioria dos analistas da economia solidária chega a reconhecer a questão de uma diferença, portanto de uma interface possível entre o sistema de intercâmbio mercantil e de concorrência e o princípio de reciprocidade.

Roustang (2003) lembra que a economia *solidária cobra o reconhecimento da reciprocidade como modo de alocação dos recursos ao lado do intercâmbio mercantil e do sistema de redistribuição*. Reconhece que atrás do princípio de reciprocidade e redistribuição, *existe a idéia da construção das necessidades sociais e que a organização da produção, -diria também, da comercialização ou distribuição - passem por uma forma mais ou menos codificada de reconhecimento, de deliberação entre atores que se diferencia tanto de uma relação de concorrência regulada pelos preços ou de uma redistribuição de tipo administrativo*".

Trata-se em outras palavras do reconhecimento da reciprocidade como uma relação que leva em conta, além das nossas próprias necessidades, as necessidades sociais do nosso próximo ou do nosso grupo humano.

De fato, além das confusões de conceitos e vocabulários entre disciplinas, existem confusões mantidas pela academia, como a definições de Lévi-Strauss (1947) sobre reciprocidade e intercâmbio⁵.

⁵ Lévi-Strauss trata da *reciprocidade direta (ou bilateral)* com o termo de *intercâmbio restrito ou simétrico* (casamento com a prima cruzada bilateral) e da *reciprocidade indireta*, com o termo de *intercâmbio generalizado ou assimétrico*.

Como o afirma Servet (2003) há uma necessidade de esclarecimento das terminologias por conta do abuso, por exemplo da oposição entre as expressões “economia mercantil ou economia monetária de um lado e economia não mercantil, intercâmbio de reciprocidade” do outro.

Nessas condições epistemológicas o método para diferenciar as prestações reguladas pelo princípio da reciprocidade daquelas governadas pelo intercâmbio, consiste em procurar identificar as polarizações econômicas das relações sociais, os valores produzidos e as estruturas de base que garantem a reprodução dessas relações e dos valores humanos.

A mobilização coletiva das organizações e das redes dos atores rurais ou dos agricultores familiares pode, portanto seguir duas orientações: se desenvolver apenas na base do sistema do intercâmbio capitalista ou participar da reprodução ou da atualização de relações e estruturas econômicas e sociais de reciprocidade.

Um dos aspectos mais graves da confusão entre essas categorias e lógicas é aquela mantida por meio de noções polissêmicas como a de capital social, é sem duvida, o fato de justificar a mobilização de processos sociais apoiados em valores éticos das comunidades rurais para favorecer, principalmente o desenvolvimento da economia neoliberal de intercâmbio capitalista. A redistribuição da terra mediante a política de reforma agrária deveria, teoricamente, entrar na categoria de política de reciprocidade redistributiva ou centralizada (partilha de recursos e devolução pelo poder central do Estado). Mas, como as terras não produtivas expropriadas são indenizadas aos seus proprietários pelo Estado a preços equivalentes, quando não superiores aqueles do mercado privado, tratam-se de típicas transações de intercâmbio capitalista clássico.

Tais mecanismos associam a alienação do sistema capitalista (a exploração para a acumulação) e aquela específica aos sistemas de reciprocidade: a assimetria dos estatutos e a sua fixação.

Pois existem formas de alienação específicas as relações de reciprocidade que precisam ser criticadas e analisadas, em primeiro lugar pelos atores políticos e pelos pensadores das sociedades do Sul onde esses princípios continuam regulando uma parte importante das relações socioeconômicas. Como o lembra Temple, falta ainda um ou vários Karl Marx para fazer a crítica da alienação da dádiva e da reciprocidade, da mesma maneira que Marx empreendeu a crítica da alienação do sistema capitalista ocidental.

Obviamente para poder realizar tal crítica o reconhecimento da diferenciação entre as duas lógicas, a identificação, a caracterização e a avaliação das relações e estruturas de reciprocidade e de redistribuição constituem um precedente indispensável.

Conclusão

Os exemplos e casos mobilizados confirmam uma pluralidade das formas econômicas, solidárias ou não, no âmbito da agricultura familiar brasileira. As prestações ou relações econômicas solidárias (ajuda mútua, trabalho compartilhado, manejo coletivo de recursos comuns compartilhados, cooperação) correspondem a práticas econômicas gratuitas fundadas no princípio de reciprocidade. São necessárias ao processo de produção, às vezes até indispensáveis nas condições difíceis ou precárias dos agricultores dos assentamentos de reforma agrária ou das comunidades rurais pobres, mas são também essenciais para manter a coesão da organização social em torno da produção de valores humanos ou éticos comuns.

Qual que seja a teoria ou a definição mobilizada, a economia solidária deve enfrentar as contradições inerentes às diferenças entre o desenvolvimento econômico fundado no intercâmbio e o desenvolvimento baseado na reciprocidade. Na proposta de economia solidária existe uma contradição entre reciprocidade (interna a unidade de produção) e intercâmbio mercantil (fora da unidade) que precisa ser reconhecida, para poder colocar a questão das articulações ou interfaces entre os dois sistemas. No entanto, a maioria dos promotores da economia solidária não reconhece essa oposição. Isto leva a várias

dificuldades de articulação que remetem as dinâmicas próprias a cada uma das formas de economia colocada em situação de hibridação.

Na realidade, a prática antecipou a teoria. Já existem certas interfaces de sistema funcionando no Brasil rural, ao nível dos agricultores ou dos instrumentos públicos.

Num caso, os agricultores ou os atores rurais regulam essa articulação mediante a preservação ou a atualização das suas estruturas coletivas de reciprocidade. Eles mantêm ou constroem dispositivos institucionais de apoio à produção, a margem do intercâmbio e segundo regras de reciprocidade, mesmo se for para afrontar o mercado de intercâmbio com melhores condições.

No outro caso, o Estado quem garante essa interface, fornecendo aos atores rurais o acesso a mercados públicos ou institucionais (mercados de reciprocidade ou de redistribuição) protegidos do sistema de concorrência capitalista.

O caso da qualificação e certificação dos produtos pode ser assegurado por coletivos da sociedade civil, como ou sem apoio público.

As políticas públicas de economia solidária e de apoio à agricultura camponesa ou familiar mais bem sucedidas e pertinentes são precisamente aquelas que reconhecem e apóiam os dispositivos coletivos e institucionais dos atores rurais. Mediante reconhecimento público, jurídico, institucional ou mediante apoio técnico, pedagógico ou financeiro, tais instrumentos permitem manter ou desenvolver também as estruturas de reciprocidade associadas a esses dispositivos, assegurando ao lado da sua produção material, os valores de uso, mas também os valores humanos éticos que elas geram.

Referencias

- Azambuja, L. R. 2005 Os valores da economia solidária: um estudo sobre a heterogeneidade ideológica de trabalhadores de cooperativas auto geridas in *XXIX Encontro anual da Anpocs*, Caxambu, 25-29 de outubro 2005
- Bazabana. M. 2005 L'entreprise de réciprocité : Eléments de réflexion sur l'entreprise en Afrique. Entre classicisme, réciprocité et responsabilité In <http://afrique.cauris.free.fr/> accès le 10-10-2004
- Bom Kondé P. 2003, Le traitement de la qualité agroalimentaire et questionnements. Conférence au Cauris, octobre 2003, In <http://afrique.cauris.free.fr/> accès le 12-12-2004
- Caille A. 2005. Dé-penser l'économique, contre le fatalisme. Paris : La découverte, MAUSS, 310p.
- Castel O. 2003. La dynamique institutionnelle de l'économie populaire solidaire dans les pays du Sud, Chaire de recherche en développement des collectivités, Série Comparaisons internationales, no.4, Université du Québec en Outaouais, 21p
- Cattani, A D (Org.). 2003. A Outra economia. Porto Alegre: Veraz.
- Cattani, A.D. ; Diaz L.M. (Org.) 2005. Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- Chabal M., 2005 Les structures élémentaires de réciprocité, conférence in Cauris <http://afrique.cauris.free.fr/conferences.html> Acesso 20/09/2005
- Chabal M., 2005 Les formes de réciprocité positive, négative, symétrique. Conférence in Cauris <http://afrique.cauris.free.fr/conferences.html> Acesso 20/05/2006
- Chayanov A. 1990, L'organisation de l'économie paysanne Librairie du Regard, Paris, 344p
- Demo P. 2005, Miragem do Emprego. In: *Boletim Técnico do SENAC*, Vol. 31, No 1, Jan./abr. 2005: 5-17.
- Demo, P. 2002. Solidariedade como efeito de poder. São Paulo: Cortez,
- Duque G. ; Sidersky, P.; Oliveira M S L., 2004. Fundos rotativos e desenvolvimento local no semi-árido paraibano: Potencial e limites do resgate das tradições de solidariedade. Aracaju: SBSP.

- Eme, B.; Laville, J.L. 1996 Economie plurielle, économie solidaire in *Revue du Mauss* n° 7 1er semestre 1996
- Eme B. 2002 Intervention au DESS Développement Local et Economie Solidaire Université Lumière Lyon 2 (2002/2003)
- França Filho G C de. 2006 Políticas públicas de economia solidária no Brasil. In.: ____ (et al). Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Gaiger L. 2003a. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. (Org.). A Outra economia. Porto Alegre: Veraz, p. 135-143.
- Gaiger, L. 2003b. L'économie solidaire au Brésil. *Revue du Mauss* n° 21 (Alter-économie: quelle autre mondialisation?), pp. 80-96.
- Godbout J., 2004. De la continuité du don, *La Revue du MAUSS*, 23 (1): 224-241
- Gouldner, AW. 1960. The Norm of Reciprocity: A Preliminary Statement, *American Sociological Review* 25, 2: 161-178.
- Kilcher F. 2004. Marchés hebdomadaires et agricultures familiales. Quelle complémentarité. CNEARC, Montpellier, Mémoire ESAT 1, 136p
- Kolm S.-C. 1984 La bonne économie : la réciprocité générale, PUF, Paris, 472p.
- Laforga G, 2005, Economia solidária, agricultura familiar e comércio justo: alinhando convergências, apresentado desafios in XXIX Encontro Anual da Anpocs, GT 21, Caxambu, 25-29 de outubro 2005
- Laville J.-L. 2000, L'économie solidaire : une perspective internationale, Paris : Desclée de Brouwer, 343p.
- Laville, J. L. 2002. Economia solidária, a perspectiva européia in *Sociedade e Estado* n°16, vol 1-2, Brasília, pp 57-99.
- Le Velly, R, 2004, Le commerce équitable : des échanges marchands contre et dans le marché, I Congrès Association Française de Sociologie, Villetaneuse, 24-27/02/2004.
- Levi-Strauss C., [1950] 1977 Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss, in Mauss M. *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF, 482p. (7ma edição).
- Levi-Strauss C., [1947] 1967 *Les structures élémentaires de la parenté*, chap. XXVII. « les cycles de la réciprocité » La Haye, Mouton.
- Magalhães R.S., 2005, Economia, natureza e cultura: uma visão histórica e interdisciplinar dos sertanejos, dos mercados e das organizações no Sertão da Bahia. São Paulo, USP Procam, Dissertação de mestrado, 150p.
- Matos A G 2006. Organizações sociais e economia solidária In Sabourin E (Ed) Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural, Brasília, UnB , Cadernos do CEAM n° 23 pp125-142
- Mauss M, [1924] 1950. "Essai sur le Don", In: *Sociologie et Antropologie*, Paris, PUF, 7ème édition, réédition 1989, PUF collec. Quadrige.
- Medaets J P ; Medeiros J X 2004, A Ação coletiva no controle da qualidade da produção orgânica familiar: Análise comparativa entre a certificação por auditoria externa e a certificação participativa em rede. In XLII Congresso da SOBER, 2004
- MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego. Termo de referência em economia solidária: plano de qualificação nacional. Brasília: MTE/ SENAES, 2005. www.ecosol.org.br.
- Mormont M. 1996 Agriculture et environnement : pour une sociologie des dispositifs, *Economie Rurale*, 1996, 236 : 28-36.
- Oliveira, M S L de 2006 Cooperação entre camponeses: um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários. Campina Grande, UFCG, PPGS, dissertação de mestrado, 168p.
- Ploeg, J. D. Van der et. al. Rural Development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, 40 (4): 391-407, 2000.
- Polanyi K, 1944. The Great Transformation, Beacon Press, Boston. Référence A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980, 306p.
- Polanyi K, 1957. "The Economy as Instituted Process". In "Trade and markets in The Early Empires Economies in History and Theory", Polanyi, K., Arensberg C., Pearson H. W. (eds.), The Free Press, Clencoe, pp. 29-51. ed francesa: *L'économie en tant que procès*

- institutionnalisé*. In *Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie*. Paris, Larousse. 348 p.
- Polanyi K, 1994 *El sustento del hombre*, Barcelona: Mondadori, [1975] *The Livelihood of Man*, ed. by PEARSON H. W. New York, Academic Press, Inc
- Rocha, J. C.; Costa, J. W. S. 2005, Fundo Rotativo Solidário: instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável do semi-árido. *LEISA Revista Agriculturas*, v.2, 3 : 12-15 "Gerando riquezas e novos valores"
- Roustang, G. 2003. Volatilité ou pérennité des innovations sociales de l'économie solidaire. In 3^{ème} Rencontres du Réseau Interuniversitaire d'Economie sociale et solidaire Toulouse Le Mirail, 5/03/03
- Sabourin E., 2000. Peasant reciprocity practises in Brazilian Northeast rural communities and recognition of agriculture multifunctionality X *World Congress of Rural Sociology*, Rio de Janeiro, 1-4 /08/2000, 15p.
- Sabourin E. 2001 Reciprocidad e intercambio en comunidades campesinas del Nordeste: Massaroca (Bahía, Brasil) *Revista Ibero americana de Autogestión y Acción Comunal*, 35-36-37 : 101-112
- Sabourin, E, 2003, Mudanças sociais, organização dos produtores e intervenção externa In *Camponeses do Sertão. As mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil*, Caron P, Sabourin E (eds) Brasília, Embrapa-Sct, Cirad, 2003, 145-178.
- Sabourin E. 2004, Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas, *Tomo*, v 7 : 75-104
- Sabourin E. 2005 Organização dos agricultores e produção de valores humanos in VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Belo Horizonte, 1-3 /06/2005 (GT 11)
- Sabourin E 2006a, (Org) Associativismo, cooperativismo e economia familiar no meio rural, Cadernos do CEAM, 23, Brasília, UnB, Ceam, Neagri, 280p
- Sabourin E. 2006b Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos in A diversidade agricultura familiar, Schneider Sergio (org.) Editora da UFRGS, Porto Alegre, serie Estudos Rurais, pp. 215-239
- Sabourin E 2006c organizações formais e dispositivos coletivos dos agricultores no Nordeste Semi-árido, in *Associativismo, cooperativismo e economia familiar no meio rural*, Sabourin E (Org) *Cadernos do CEAM*, 23, Brasília, UnB, Ceam, Neagri, pp 29-61
- Sabourin E, Coudel, E. 2004. Multifunctionality of rural spaces and natural resource management: Brazil & France comparison. In: IASCP 2004 International Conference: The Commons in a Age of Global Transition: challenges, risks and opportunities, Oaxaca, Mexico, 9-13/08/, 2004, 12p.
- Sabourin E, Duque G., Diniz, P C O, Oliveira, M S L, Florentino G L. 2005 Reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no Nordeste. *Cadernos de Ciência e Tecnologia* , 22, 293-307, Brasília,
- Santos, B. S. (Org.).2002. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 v.3.
- Secretaria Nacional de Economia Solidária 2003, Programa Economia Solidária em desenvolvimento, Brasília: SENAES-MTD, 2003
- Simmel G. 1897 Comment les formes sociales se maintiennent in *Année sociologique*, 1896-1897 Année 1 pp. 71-109
- Servet J.M. 2003 Economie solidaire, in Dictionnaire des institutions économiques contemporaines *Dictionnaire des institutions économiques contemporaines* www.univ-tlse2.fr/cerises/download/redirec.php?id=115 –
- Sidersky, P 2006 Reproductibilité de l'agriculture familiale dans l'Agreste de l'État de Paraíba, Brésil : Dynamiques sociales, organisations locales, innovations techniques et sociales. Thèse de doctorat, University of Wageningen, Rural Communication and extension (em curso)
- Sidersky, P. Sabourin E, Tonneau, J.P. 2004, How do community social dynamics and different social actors relate to social & technical innovations in Semi-arid Brazil ? in XI World Congress of Rural Sociology, Trondheim, Norvège, 25-30 juillet 2004, 15p
- Singer P. 2002. Introdução à Economia Solidária. São Paulo, Perseu Abramo, 127p.

- Singer P 2005 Políticas públicas de economia solidária in Mesa Redonda 19 “Dimensões sociais das políticas de inovação” 28/10/05 “ 29º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, outubro de 2005
- Singer P ; Souza, A.R. 2001. A economia solidária no Brasil : autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto,
- Temple D., 1997. L'économie humaine in *La revue du MAUSS* n°10, (1) 1997 :103-109
- Temple, D. 1998. Les structures élémentaires de la réciprocité *Revue du MAUSS* n°12, (2) : 234-242,
- Temple, D 2003. Séminaire Cauris sur la qualité agroalimentaire, <http://afrique.cauris.free.fr/>
- Temple D., 2004. El mercado de reciprocidad positiva, in *Teoría de la Reciprocidad, tomo II : La economía de reciprocidad*, pp. 376-392, PADEP-GTZ , La Paz, Bolivia
- Temple D., 2004. Teoría de la Reciprocidad. La Paz, Bolívia: PADEP/ GTZ, Tomo I: La reciprocidad y el nacimiento de los valores humanos. 240p
- Temple, D ; Chabal, M. 1995 *La réciprocité et la naissance des valeurs humaines*. Paris, L'Harmattan, 263p.
- UNICAFES, 2005 Documento base do Iº congresso, Brasília, junho de 2005 in <http://www.unicafes.org.br/links/documentos.htm> acesso 27/05/2005

Anexo : Fig. 1: **Representação esquemática das estruturas elementares de reciprocidade**

